

Plano de Ação 2023 -2024

Enquadramento

Na elaboração do Plano de Ação da Rede de Serviços de Planeamento e prospetiva da Administração Pública (RePLAN) para 2023-2024 foram tidos em conta:

- os objetivos que presidiram à criação da rede, tal como descritos no artigo 14º do DL nº 21/2021;
- os contributos e resultados da reunião inaugural de 23 de novembro de 2022, da primeira reunião formal de 31 de janeiro de 2023 e da sessão de apresentação dos resultados do projeto OCDE/PlanAPP de 7 de março de 2023;
- a criação de equipas multissetoriais, prevista nos artigos 4º e 15º do DL nº 21/2021, para a operacionalização das atividades da rede;
- os resultados da reflexão interna promovida no seio do PlanAPP.

Com base nos elementos acima referidos foram identificadas duas prioridades orientadoras:

- definir um plano de inquestionável utilidade e relevância para todas as áreas governativas, no cumprimento das prioridades de política pública definidas no âmbito dos instrumentos de planeamento transversais (Estratégia Portugal 2030, Programa de Recuperação e Resiliência, Grandes Opções e Programa Nacional de Reformas);
- responder a lacunas ou necessidades, aproveitando oportunidades imediatas para a concretização dos objetivos da rede.

Contexto Estratégico

A criação da RePLAN em março de 2021, visou o reforço das competências de coordenação e de planeamento estratégico da administração central e, em particular, do centro do governo, no âmbito de um processo de reforma que teve início em 2016 e deverá prosseguir ao longo dos próximos anos. O processo visa colmatar lacunas há muito identificadas na capacitação e intervenção da Administração Pública ao longo do ciclo da política pública, nas áreas do prospetiva, planeamento, monitorização e avaliação das políticas públicas.

O trabalho em curso deverá contribuir para o sucesso das grandes opções de política económica, social, ambiental e territorial adotadas a nível governamental em curso, no curto, médio e longo prazo. No curto prazo, através da melhoria da capacidade de resposta aos desafios imediatos de implementação dos planos e estratégias em implementação e, no médio e longo prazo, através da capacitação da administração pública para o apoio ao desenvolvimento e crescimento económico do país nas áreas estratégicas que, em cada momento, estruturam a ação pública.

Áreas de Ação para 2023-2024

Tendo em conta os objetivos da RePLAN, o atual contexto económico e social e os desafios transversais a que a governação pública deve dar resposta, são definidas 6 áreas de ação para 2023-2024, a seguir indicadas, 4 das quais deve envolver a criação de equipas multissetoriais. As áreas da **capacitação** e dos **estudos** são assumidas pelo PlanAPP, no primeiro caso, em estreita colaboração com o INA e, no segundo caso, em colaboração com os membros da RePLAN interessados e de acordo com o seu diagnóstico e necessidades.

Equipa Multissetorial de Planeamento Estratégico

Em 2023 e 2024, a equipa multissetorial de Planeamento e Alinhamento Estratégico, co-coordenada pela área governativa da Presidência/PlanAPP e pela área governativa das Finanças/GPEARI, desenvolverá as seguintes atividades:

- a. Elaboração de **um quadro conceptual de referência para o planeamento estratégico na Administração Pública** com uma definição consensualizada de conceitos e metodologias.
- b. **Mapeamento exaustivo dos instrumentos de planeamento horizontal e setorial existentes** e consolidação de uma base dados dos respetivos atributos, incluindo calendário atualizado da sua revisão.
- c. Elaboração de proposta de um **sistema integrado e cooperativo de planeamento estratégico com os papéis e responsabilidades dos diversos intervenientes**, clarificando o papel de cada organismo e rede e o seu enquadramento na nova arquitetura e definindo o envolvimento dos cidadãos nos principais documentos estratégicos nacionais.
- d. Definição e hierarquização **dos documentos que integram o quadro de planeamento estratégico**, incluindo:
 - a **Lei-Quadro do Planeamento** e a sua possível revisão;
 - os **vários instrumentos de planeamento transversal** para além das Grandes Opções;
 - a **criação de uma taxonomia de documentos estratégicos**.
- e. Definição de **metodologias harmonizadas para a aferição do alinhamento estratégico e a estimação dos impactos cruzados de instrumentos de natureza setorial**, a fim de capacitar a RePLAN a emitir pareceres sobre projetos de planos setoriais e transversais.
- f. Promoção da **articulação dos instrumentos de planeamento estratégico, incluindo a definição de objetivos e de metas de desempenho com o processo orçamental** no âmbito da implementação da LEO.
- g. Identificação **dos planos e outros instrumentos de política pública nacionais que contribuem para o cumprimento dos compromissos internacionais e europeus do país**.
- h. Colaboração com o PlanAPP **no âmbito das atividades de reporte da implementação da Agenda 2030 em Portugal e na elaboração de um “Roteiro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2030”**, articulando os instrumentos estratégicos nacionais com os ODS.

Equipa Multissetorial de Prospetiva

Em 2023 e 2024, a equipa multissetorial de Prospetiva, co-coordenada pela área governativa da Defesa/DGPDN e pela área governativa do Ambiente/SGA, desenvolverá as seguintes atividades:

- a. **Levantamento do conjunto de atores e redes que compõem (ou poderão vir a integrar) o ecossistema nacional de prospetiva**, incluindo a caracterização das atividades que têm vindo a desenvolver e os desafios e oportunidades identificados, bem como a promoção de **uma comunidade de prática de prospetiva no seio da RePLAN**;

- b. **Mapeamento das diferentes metodologias de prospetiva** e elaboração de **um glossário e de um guia para a sua utilização** no âmbito da conceção e desenho de políticas públicas;
- c. Promoção da literacia e da prática da prospetiva na administração pública, incluindo a organização de **um programa de seminários técnicos sobre prospetiva** para a Administração Pública, a realizar a partir de setembro de 2023;
- d. Elaboração de **uma estratégia transversal de prospetiva para a Administração Pública portuguesa e respetivo roteiro de implementação** incluindo mandato, capacidades e competências, arranjos institucionais, incorporação nas políticas públicas, mecanismos *feedback* e aprendizagem;
- e. Elaboração de **um relatório sobre megatendências**, com identificação e descrição dos potenciais impactos para Portugal, a utilizar, entre outros, para enquadramento prospetivo dos futuros documentos estratégicos transversais, produzidos no âmbito da Administração Pública.

Equipa Multissetorial de Avaliação de Políticas Públicas

Em 2023 e 2024, a equipa multissetorial de Avaliação, co-coordenada pela área governativa da Presidência/AD&C e pela área governativa da Economia e Mar/SG e GEE, desenvolverá as seguintes atividades:

- a. Elaboração de **uma proposta de roteiro para a criação de um referencial comum sobre avaliação de políticas públicas na Administração Pública** (glossário e conceitos, guia de implementação de avaliação, guia de comunicação de resultados, etc.).
- b. **Articulação com a Rede de Monitorização e Avaliação do PT2030**, para auscultação sobre o Plano Global de Avaliação do PT2030 (PGA PT2030) e atividades subsequentes;
- c. Elaboração de **uma proposta de agenda global plurianual de avaliação de políticas públicas de médio e longo prazo**, em articulação com o PGA PT2030 e identificando prioridades e necessidades de vários atores: áreas governativas, UTAO, CFP, CES, entre outros.
- d. Elaboração, em 2024, de **um programa piloto de avaliação de políticas não exclusivamente financiadas por fundos europeus**.
- e. Reforço de **uma rede de avaliadores da Administração Pública** para partilha de boas práticas e metodologias de avaliação de políticas públicas.
- f. Estabelecimento de **um programa de envolvimento de peritos da academia, do setor privado, do setor social e solidário na atividade da equipa multissetorial** com vista a promover a qualidade das avaliações das políticas públicas e o seu impacto no processo de tomada de decisão.

Equipa Multissetorial para o Acesso a Dados

Em 2023 e 2024, a equipa multissetorial para o Acesso a Dados e Informação Setorial, co-coordenada pela área governativa do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social/GEP e pela área governativa da Educação, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior/DGEEC, desenvolverá as seguintes atividades:

- a. Elaboração de contributos para o projeto da **infraestrutura nacional de dados estatísticos e administrativos, sob a égide do INE**, com vista a apoiar a formulação, monitorização e avaliação de políticas públicas, incluindo sobre:
 - **mecanismos de coordenação e supervisão técnico-científica e metodológica da produção da informação** em causa;

- **mecanismos de antecipação das necessidades em dados estatísticos, administrativos, informativos e outros, para efeitos de monitorização e avaliação das políticas públicas** em execução ou com execução programada; e,
 - **regras de acesso e divulgação aos dados administrativos, informativos e outros.**
- b. Análise das **regras aplicáveis ao acesso a informação de natureza estatística e administrativa**, com vista à elaboração de propostas para a eventual revisão da Lei do Sistema Estatístico Nacional, que Estabelece as Bases Gerais do Sistema Estatístico Nacional (Lei nº 22/2008).
- c. **Articulação com o Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG)** para promover o acesso a conjuntos de dados geográficos na formulação, monitorização e avaliação de políticas públicas.



No domínio da **capacitação**, o PlanAPP, em colaboração com o INA, procederá ao levantamento das necessidades de competências, de informação e ferramentas de formação, nos domínios do planeamento, prospetiva, monitorização e avaliação, com vista à criação de uma futura Incubadora de Competências para a política pública.

Para o efeito, começar-se-á por fazer circular a breve trecho um pequeno questionário que servirá para obtenção de informação que permita começar a dar forma às seguintes atividades, no seio da Incubadora:

- O desenvolvimento de programas de **formação à medida**, estabelecendo igualmente interfaces para a formação de trabalhadores da Administração Pública em organismos externos (nacionais ou estrangeiros) ou para a realização de estágios formativos no estrangeiro;
- A **produção e difusão de conhecimento** através, quer da criação e divulgação de conteúdos técnicos de interesse (manuais, ferramentas de apoio e guias de implementação/ação, para o ciclo da política pública), quer da divulgação de conteúdos para promover a literacia e a inovação em políticas públicas (material de interesse sobre temas sectoriais e de interesse nas matérias de prospetiva, planeamento e avaliação de política pública; realização de entrevistas e *podcasts* com intervenientes relevantes nestas áreas, *etc.*).

No domínio dos **estudos e temas a desenvolver no âmbito RePLAN** em 2023 e 2024, o PlanAPP, em colaboração com os membros da RePLAN e integrando os seus diagnósticos e necessidades, elaborará:

- Uma **proposta de agenda de estudos a realizar no âmbito das linhas estratégicas das Grandes Opções** (alterações climáticas, questões demográficas, digitalização) e seus impactos cruzados nos domínios do emprego e do desenvolvimento económico e social.
- Uma **proposta de agenda para a produção de estudos e análises por centros de investigação e investigadores**, em apoio e complemento das atividades desenvolvidas pelos membros da RePLAN. Os estudos produzidos no âmbito desta agenda deverão ser reunidos num repositório de evidências científicas de apoio à formulação de políticas públicas.